



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Ano 2, Vol. I, Número 1, Jan-Jun, 2018, p. 68-94.

O ENSINO DE HISTÓRIA: INSTRUMENTOS QUE ORIENTAM A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM PALMAS - TOCANTINS

Maria de Lourdes L. Macedo, Jocyléia Santana dos Santos &

Tânia Suely A. Brasileiro

RESUMO

O estudo foi realizado em Palmas em escolas da rede estadual de ensino com o objetivo de conhecer os documentos que orientam a prática pedagógica no processo de ensino da disciplina de história em turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa ocorreu em 2017 e 2018 em seis escolas da rede estadual de Palmas, com um total de 21 estudantes e 07 professores que ministram a disciplina de história. A metodologia utilizada foi a história oral temática e o estudo fez parte da dissertação de mestrado em educação ofertado pela Universidade Federal do Tocantins. Os documentos que orientam a prática pedagógica no ensino de história são: o Referencial Curricular, o Projeto Político Pedagógico, o Planejamento. O Livro Didático de História foi discutido como documento que auxilia no desenvolvimento da aula, pois é o material pedagógico mais utilizado. Os resultados do estudo apontam que os instrumentos existem, no entanto, precisam ser repensados e analisados, bem como o seu papel dentro do processo de ensino e aprendizagem na disciplina de história.

Palavras-chave: Ensino de história. Referencial Curricular. Projeto Político Pedagógico. Planejamento. Livro Didático.

RESUMEN

El estudio fue realizado en Palmas en escuelas de la red estado de enseñanza, con el objetivo de conocer los documentos que orientan la práctica pedagógica en el proceso de enseñanza de la disciplina de historia en clases del 9º año de la Enseñanza Fundamental. La investigación tuvo lugar en 2017 y 2018 en seis escuelas de la red estado de Palmas, con un total de 21 estudiantes y 7 profesores que ministra la disciplina de historia. La metodología utilizada fue la historia oral temática, el estudio formó parte de la disertación de maestría en educación ofrecida por la Universidad Federal de Tocantins. Los documentos que orientan la práctica pedagógica en la enseñanza de la historia son: el Referencial Curricular, el Proyecto Político Pedagógico, la Planificación. El Libro Didático de Historia fue discutido como documento que auxilia en el desarrollo de la clase, pues es el material pedagógico más utilizado. Los resultados del estudio apuntan que los instrumentos existen, sin embargo, necesitan ser repensados y analizados, así como su papel dentro del proceso de enseñanza y aprendizaje en la disciplina de la historia.

Palabras clave: Enseñanza de la historia. Referencial Curricular. Proyecto Político Pedagógico. Planificación. Libro Didático.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Introdução

“Pensar no ensino de História é ter como referência, portanto, a dinâmica epistemológica da história e da educação, não como unidades autônomas, mas na interrelação criadora e singular que deriva da fusão entre esses dois campos”

(ZAMBONI, LUCINI, MIRANDA, 2013)

A prática pedagógica é um elemento essencial no processo de ensinar e aprender, visto ser o elo entre o estudante, os conteúdos e o professor, que realiza a intermediação desta prática e nela imprime valores, sentimentos, desejos e objetivos. O fazer pedagógico do ensino de História nas escolas públicas do estado do Tocantins é orientado por documentos e regulado por instrumentos legais, de forma que, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) subsidiam a institucionalização dos referidos instrumentos, preservando a autonomia das escolas e dos professores em seu uso e construção.

O estudo versa sobre os documentos orientadores da prática pedagógica com foco no ensino de História, quais sejam: Referencial Curricular pertinente à modalidade de ensino em Palmas/TO, Projeto Político Pedagógico, Planejamento Pedagógico e o Livro Didático, que não está colocado como um instrumento que orienta a prática, mas é a base do ensino de História nas salas de aula das escolas públicas estaduais de Palmas (Tocantins).

O Referencial Curricular do Ensino Fundamental traz os conteúdos mínimos e as competências e habilidades que subsidiam o professor de história em seu planejamento pedagógico. O Projeto Político Pedagógico traz suas particularidades que devem atender às necessidades da comunidade e o Planejamento deve apresentar a perspectiva da escola



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

e a prática do professor. Integrados entre si e em certos momentos autônomos, estes documentos apontam as características de cada unidade de ensino demonstrando o fazer da prática do professor de História e a visão educacional de cada espaço escolar.

No sentido de iniciar a apresentação das discussões sobre os documentos orientadores da prática de ensino, a metodologia vem logo a seguir de forma a orientar o leitor como foi realizado a coleta e análise de dados do estudo. E logo após, o Referencial Curricular vem em primeiro plano, pois traça os conteúdos e sugestões de metodologias para o ensino da disciplina de História, sendo seguido das demais apresentações dos documentos.

A Metodologia

Na reflexão de Vasconcelos (2007) a história é a base de todo conhecimento que a humanidade produz. Por meio dela conhece-se, respondem-se dúvidas, solucionam-se problemas, busca-se a raiz de determinadas vivências, descortina-se possibilidades e traz à tona verdades estancadas.

Thompson (2006, p.17) destaca que os famosos poemas de Homero, antes de serem escritos, foram transmitidos durante 600 anos somente no “boca a boca”. Mas, afinal de contas, a História Oral é uma disciplina, uma técnica, uma metodologia ou é um método?. O referido autor afirma que são questionamentos frequentes acerca do assunto, mas que para ele é uma ampla abordagem. Na visão de Thompson “a habilidade fundamental na história oral é aprender a escutar. [...] história oral é um campo interdisciplinar” (THOMPSON, 2006, p.20).

Para Montysuma (2006) a história oral torna o trabalho de campo dinâmico e singular, uma vez que, envolve com muita proximidade, o pesquisador e a pessoa que se dispõe a prestar o relato, e tal relação fortalece o buscar nas memórias do entrevistado e ainda traz a essência do depoimento para a pesquisa científica. Nesse sentido, a concepção de Alberti (2004) é de que a história oral é um método privilegiado de investigação, não é um fim em si mesmo, e sim um meio de conhecimento.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Meihy (2006) acrescenta que a História oral é um recurso de transformação e não apenas um acesso à informação, e, dessa forma, ela vai além de um método de pesquisa, pois transforma, revigora, oportuniza um novo olhar e uma nova compreensão (MEIHY, 2006). Sendo uma janela que deixa ventilar o ar puro do tempo presente e que sem ele não se pode pensar a sociedade e os projetos de melhoria de vida coletiva, com base em saber rigoroso e comprometido. As colocações do autor demonstram que a memória fortalece o tempo presente, uma vez que, o entrevistado busca trazer o seu conhecimento do passado para as soluções do presente, ou para o conhecimento específico de determinadas situações, ampliando as possibilidades de atuação da história oral.

Neste contexto, esta pesquisa foi realizada em seis escolas situadas em Palmas - Tocantins, sendo elas: Centro de Atenção à Criança, Escola Estadual Vale do Sol, Escola Girassol de Tempo Integral Augusto dos Anjos, Instituto Presbiteriano Educacional e Social, Escola Girassol de Tempo Integral Vila União e o Colégio Estadual Dom Alano Mary Du Noday.

Os critérios para seleção das escolas assentam-se na oferta do 9º ano do Ensino Fundamental, podendo ofertar, também, o ensino regular ou de tempo integral, localizadas em diferentes regiões, por meio de entrevista semiestruturada, na qual se buscou compreender o fazer do dia-a-dia da sala de aula, bem como conhecer os documentos que regulam o ensino de história no ensino fundamental. A metodologia da história oral temática deu vez e voz aos professores e estudantes, valorando a reconstrução do ensino de história vivido por estes atores.

Dentro do método história oral temática, a pesquisa é de natureza aplicada e do ponto de vista dos objetivos é exploratória. A pesquisa exploratória possui um planejamento flexível sob diversos aspectos incorporando-se ao método. Do ponto de vista técnico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa documental foram utilizados os documentos primários.

Do ponto de vista da forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa, seguindo a abordagem de Prodanov (2013) na qual o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo, necessitando de um trabalho intensivo de campo. Na coleta



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

de dados, além das análises dos documentos foram entrevistados 07 (sete) professores e 21 (vinte e um) estudantes do 9º (nono) ano do ensino fundamental.

Convém destacar que, o projeto de pesquisa foi submetido ao Conselho de Ética da Universidade Federal do Tocantins por meio da Plataforma Brasil e aprovada pelo Parecer nº 2.442484. Os professores e os pais dos estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os alunos o Termo de Assentimento (arquivados com a escritora). A entrevista semiestruturada foi gravada em áudio, sendo realizada a posterior decupagem, com a devida autorização, para uso dos depoimentos para fins acadêmicos.

O Referencial Curricular do Tocantins

Segundo Ferreira (2010) o termo referencial significa o conjunto de elementos que formam um sistema de referência, e o termo curricular tem o sentido de currículo que é o conjunto das disciplinas de um curso, ou de uma modalidade de ensino, série ou ano. Este documento, que é um dos orientadores da prática pedagógica no ensino de História, tem foco no desenvolvimento de competências e habilidades no processo de ensino.

O referencial curricular¹ do ensino fundamental do estado do Tocantins foi organizado em 2009 pela Secretaria Estadual de Educação, tendo como partícipes os professores universitários e professores da educação básica da rede pública de ensino de todas as áreas do conhecimento, bem como técnicos, gestores e coordenadores pedagógicos. Consta na introdução do referido documento, que este está em conformidade com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com a Legislação Estadual, tendo como referência teórica os Parâmetros Curriculares Nacionais. Tem por objetivo “explicitar uma concepção teórica e metodológica sobre o processo educativo que orienta

¹ O documento necessita de uma revisão por parte da SEDUC, pois foi construído em 2009, muitos professores novos trabalhando com o documento sem discutir o Referencial. O documento necessita ser reformulado atendendo as adaptações atuais, percebem-se novas concepções pedagógicas em outra modalidade de ensino da mesma rede e que o Referencial não atende.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

o sistema educacional de ensino, sendo um referencial de apoio na elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino” (TOCANTINS, 2009, p.17).

Conforme consta no Referencial Curricular, o estudo de História neste Estado abrangerá três aspectos fundamentais (TOCANTINS, 2009, p.142):

- A noção de identidade, que deve estar incluída no processo histórico capaz de situar a relação entre o particular e o geral, esclarecendo ao indivíduo o seu papel, sua responsabilidade social e cultural para com a comunidade e para o mundo;
- A construção de noções de diferenças e semelhanças, por acreditar-se que é a partir dessa apropriação que o aluno compreenderá a posição do “eu” em relação ao “outro” que vive em local diferente e tem suas diversidades, as quais serão conhecidas e compreendidas por serem respeitadas;
- E, por último a compreensão do “nós” que se distingue do que consideramos os “outros”, vividos em outros tempos: a visão que tinha em relação ao mundo, como trabalhavam, quais os seus costumes e o que produziam.[...] Este “outro” deixou para “nós” uma História e a responsabilidade de realizar mudanças num mundo específico.

O Referencial Curricular do Ensino Fundamental avaliado apresenta inúmeros questionamentos a respeito das abordagens do currículo e aponta itens significativos para o ensino de história como: orientar uma educação histórica na escola e qual o papel desse currículo para a formação da consciência história do aluno. Na tentativa de responder as tais questões, o Referencial sugere nove objetivos a serem alcançados no ensino de História.

Quadro 01 – Objetivos do ensino de história

Q	Objetivos
01	Identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços, entendendo que o processo histórico é resultado da ação participativa de cada indivíduo e/ou grupos sociais;
02	Situar o processo de transformações históricas e contextualizá-las em uma multiplicidade de tempos;
03	Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais;
04	Compreender a realidade do mundo em que vive, estabelecendo nexos entre a diversidade de problemas, nas esferas políticos-institucionais e organizações civis onde possa referendar possibilidades de atuação na solução dos problemas;
05	Conhecer e utilizar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais;
06	Reconhecer a disciplina História como um veículo formador de um ser humano analítico, investigador e crítico para a construção de uma sociedade mais justa;
07	Valorizar o patrimônio sócio cultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos;
08	Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades;
09	Reconhecer o trabalho da mulher e das relações de gênero no processo social, cultural e econômico no contexto micro e macro de diferentes sociedades em diferentes tempos e lugares.

Fonte: Construído pela autora com base no Referencial Curricular (2009).



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

O Referencial Curricular do ensino de História está organizado por eixos norteadores cujo eixo central, **Sociedade e Cultura**, interliga quatro outros eixos, sendo: **Relações Sociais, Memória, Imaginário e Ideologia**. O documento explicita uma forma objetiva de se trabalhar por eixos e “abre-se um leque de possibilidades de se excluir da sala de aula a prática de ensino de uma história linear, descontextualizada, sem significados no cotidiano dos alunos e mesmo dos professores” (TOCANTINS, 2009, p.143). Tais colocações foram destacadas por Benjamin (1994, p.224) quando afirma que “o conhecimento histórico é construído pelo historiador do tempo presente. Assim, o tema possibilita a comparação entre diferentes realidades sociais situadas em diferentes tempos históricos”.

O documento apresenta uma planilha que orienta o planejamento das aulas de História, com a identificação do ano e do bimestre; expõe os eixos, competências, habilidades e os conteúdos mínimos a serem trabalhados pelo professor. Para melhor compreensão, cita-se como exemplo o 4º bimestre do 9º ano cujo **conteúdo** sobre a História do Tocantins desenvolve a **competência**: ser capaz de reconhecer e compreender as diferentes culturas existentes nos grupos sociais, suas crenças e credices, seus mitos e a importância das lendas e tradições para a construção da cidadania de um povo, bem como as seguintes **habilidades**: identificar as transformações sociais e econômicas nas famílias tocantinenses; conhecer a história de criação do Estado do Tocantins e sua contribuição para o progresso da região; compreender a influência dos mitos e lendas nas crenças das sociedades contemporâneas em prol da cidadania.

No que concerne à avaliação, o Referencial orienta para que se avalie a aprendizagem por meio do Conselho de Classe, observando-se os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, pois “são objetos de aprendizagem presentes em todas as atividades e contribuem para o desenvolvimento da capacidade dos alunos, para uma participação ativa e transformadora” (TOCANTINS, 2009, p.32).

Como o próprio nome sugere o Referencial Curricular é apenas um documento que norteia a prática pedagógica, cabendo, não só ao professor utilizar esta ferramenta como utilizá-lo como instrumento de reflexão e apoio para seu planejamento.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

O documento segue o conceito proposto pelo pensamento do pesquisador Philippe Perrenoud (1999) com referência ao desenvolvimento de competências e habilidades. Em relação a essa proposta, Caetano (2016), em dissertação intitulada “O que dizem os professores sobre a disciplina de história: os cadernos didáticos no programa São Paulo fazem escola (2009 – 2015)”, tece críticas em relação ao programa desenvolvido na rede pública de ensino do estado de São Paulo, em especial, aos cadernos de atividades que contemplam em seu referencial curricular, as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos.

A este respeito, ele lista em sua pesquisa alguns percalços que também podem ser encontrados no estado do Tocantins com relação ao uso, à condução pedagógica e ao gerenciamento do referencial pelas escolas públicas como: o referencial que facilita o planejamento (copia e cola), a falta de apoio pedagógico na condução e execução do trabalho pedagógico, a imposição em listar competências e habilidades (sem reflexão sobre elas e a não oferta de formação continuada), salas de aula numerosas na maioria das escolas e dentre outros problemas (DIÁRIO DE CAMPO DA PESQUISA, 2016).

Quando questionados sobre quais os documentos que orientam a prática pedagógica e o seu planejamento e o Referencial é o elemento central, os professores destacam:

Usamos o Referencial Curricular do ensino fundamental do estado do Tocantins, montado pela Seduc em 2009. Dentro do Referencial vou adaptando de acordo com a necessidade. Utilizo o livro didático e outros materiais (IRAILDES, 2016).

O Referencial auxilia muito, mas você complementar ou retirar determinados conteúdos, eu faço uma adaptação. Eu olho no livro didático e no Referencial, se der para adaptar eu faço, o



REVISTA
ENSINO DE CIÊNCIAS
E HUMANIDADES



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Referencial dá esta oportunidade pra gente (MARIA BORGES, 2016).

O planejamento que falo, sigo o Referencial Curricular, posto no SGE e o coordenador monitora (MARLON, 2017).

Utilizamos o Referencial Curricular, pois sugere conteúdos mínimos, competências e habilidades (VILSON, 2017).

Utilizo o Referencial Curricular norteia o planejamento, ele é importante (ROSILEIDE, 2017).

O Referencial é um elemento norteador para ser seguido, hoje temos livros com sequências diferentes do referencial, por exemplo, traz a história do Tocantins, e temos que adaptar (JOSÉ GONÇALO, 2017).

Utilizamos o Referencial Curricular, o Livro Didático, e material coletado da internet, e outros livros de história (MARIA DOS SANTOS, 2017).

As colocações dos professores são unânimes em relação à importância do Referencial Curricular do ensino fundamental para o planejamento da prática pedagógica. Mesmo o



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

documento tendo sido criado em 2009, ele orienta a prática e subsidia o pensar o ensino por competências e habilidade.

Projeto Político Pedagógico

Para fundamentar as discussões em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP), o aporte teórico terá base em Gadotti (1997), Veiga (1995, 2001, 2002), Luck (2002), Vasconcelos (2002; 2006). O ensino ocorre quando os envolvidos são proativos no processo, para o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ Lei nº 9394/96) determina que as escolas adotem uma gestão democrática, não somente democrática, mas também participativa, na qual aconteça uma efetiva participação na solução dos problemas, assim como nas decisões a serem tomadas e que influenciará diretamente na escola.

A LDB, artigo 12, destaca as incumbências dos estabelecimentos de ensino e dentre elas está a de “elaborar e executar a sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996), que pode ser interpretada como o Projeto Político Pedagógico da escola. O artigo 13 da referida Lei descreve a responsabilidade dos docentes na elaboração da referida proposta e o cumprimento de seu plano de trabalho. Desta forma, evidencia-se o papel do professor de História na elaboração deste plano, uma vez que, indicará ações dentro da sua prática em sala de aula.

O artigo 14 da mesma Lei aponta que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” (BRASIL, 1996). Sendo então, reafirmada a participação dos professores na construção do Projeto Político Pedagógico que fortalecerá também os planejamentos das aulas, uma vez que, conhece a realidade da escola, onde a escola está e onde deseja chegar, propiciando a autonomia da prática pedagógica.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Ao se falar em Projeto Político Pedagógico (PPP) compreende-se uma sociedade democrática, uma vez que, este projeto precisa ser construído e executado a partir do envolvimento de todos os segmentos sociais que compõem a escola. Segundo Luck (2002) a participação democrática na gestão escolar é a grande conquista na construção de um PPP voltado para as necessidades daquela escola específica, e destaca:

A participação democrática, no contexto da gestão escolar, deve estar pautada no conhecimento, de cada profissional que compõe a instituição escolar direta e indiretamente, dos papéis que cada um desempenha ou deveria desempenhar na escola, como a elaboração dos projetos e a construção dos documentos internos da escola, especialmente o Projeto Político Pedagógico (LUCK, 2002, p. 62).

Portanto, a participação de todos na construção do PPP é de fundamental importância, tanto na visão de pesquisadores que tratam da gestão escolar, quanto de autores que tratam sobre o Projeto especificamente. Neste mesmo sentido, Gadotti (1997) afirma que a participação influi diretamente na democratização da gestão e na melhoria da qualidade do ensino. Conforme o autor, “todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida” (GADOTTI, 1997, p.16).

Compartilhando a visão de gestão democrática, apresenta-se o conceito de Projeto Político Pedagógico que segundo Vasconcellos (2002, p.17) “é o plano global da instituição. Pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada”. Nesse sentido, Vasconcellos (2002) afirma que o PPP é um documento de todo o “fazer” da escola, onde deve conter todos os processos pedagógicos e de gestão da instituição escolar, além da participação de todos os envolvidos, e que, nunca deve ser entendido como um documento pronto e acabado. Ele vai se aperfeiçoando com o passar dos anos e com os processos



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

avaliativos do mesmo. Nessa mesma perspectiva Veiga (2002, p.7) acrescenta sobre o papel do Projeto Político Pedagógico como forma de organização do fazer pedagógico:

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula.

Para Veiga o PPP indica uma direção à escola, na busca de solução para as dificuldades a serem resolvidas, tenham elas cunho político, pedagógico, gestão ou técnico. Sendo assim, o professor de História precisa ser agente ativo no processo de construção do documento e pautar seu fazer pedagógico a partir dele. Veiga (1995, p.43) afirma que o Projeto Político Pedagógico:

É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Contudo, mesmo devendo servir aos interesses majoritários, isto é, atender a todos os segmentos que integram a escola, percebe-se uma gestão sempre vinculada à entidade mantenedora da Escola, neste caso da escola pública, atrelada ao Estado. Ainda assim, o



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

envolvimento no processo de construção do documento dará certa autonomia à comunidade escolar.

Pode-se dizer que o PPP é espinha dorsal da escola e nesse sentido o CEDAC² tece considerações em seu manual orientador para educadores:

O PPP também ajuda na organização do trabalho pedagógico da escola, ao apontar não apenas o que fazer, mas como fazer para que cada um e todos os alunos avancem em suas aprendizagens, contribuindo para a vida social da instituição, superando conflitos e agregando valores humanizadores a todas as relações (CEDAC, 2016, p.7).

Mediante as colocações do CEDAC (2016) o papel do PPP é escrever, guiar, estabelecer ações, metas, estratégias e aspirações da vida social da unidade escolar. Deve ter como marco fundamental, a participação popular, o ser multicultural, a singularidade e respeitar as multiplicidades humanas que convivem na escola. De maneira geral, os documentos das escolas, incluindo o PPP, apontam para o desejo de formar alunos críticos. Para que este desejo se torne realidade, há que se considerar a participação significativa desse segmento com suas contribuições na criação de normas escolares, nos processos avaliativos como gestão escolar nas suas diversas dimensões, conselhos de classe e outros.

Todas as escolas envolvidas na pesquisa de campo, Escola Estadual Vale do Sol, Instituto Presbiteriano Educacional, Centro de Atenção a Criança e Escola Girassol de Tempo Integral Augusto dos Anjos, Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Vila União e Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday, possuem o Projeto Político Pedagógico estruturados como a contextualização histórica da escola e da comunidade, caracterização da comunidade escolar, diagnóstico com base nos indicadores educacionais, missão, visão, princípio e valores da escola, fundamentação teórica e bases

² Centro de Ação Comunitária, é uma organização sem fins lucrativos que discute, produz e publica temas educacionais.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

legais e o plano de ação e avaliação (VEIGA, 1995, 2001; VASCONCELLOS, 2006; CEDAC, 2016).

No entanto, dos estudantes das seis escolas entrevistados, cerca de 60% conhecem e participaram da construção do Projeto Político Pedagógico, deixando a desejar no quesito construção coletiva. Reafirmando a posição de Vasconcellos (2006) a avaliação do projeto é um ponto relevante e fundamentalmente necessário para a conquista dos objetivos traçados e redefinição dos rumos a serem tomados e mesmo que se perceba que pouco se evoluiu nesse processo, há que se considerar que o projeto não visa resolver todos os problemas, mas promover a tomada de consciência haja vista a longa caminhada. “Valorizar os passos possíveis que foram dados. [...] é uma mediação que ajuda organizar e expressar o desejado e o vivido, tomar consciência da distância entre ambos” (VASCONCELLOS, 2006, p.49).

De maneira geral, percebe-se que as escolas possuem autonomia para a construção do Projeto Político Pedagógico, sem considerá-lo uma obrigação. Outro ponto de reflexão é que o fazer na ação deste documento seja percebida, na secretaria da escola, na merenda escolar, na biblioteca, na gestão da escola, e em especial, no processo de ensino e aprendizagem também da disciplina de História. E que, o Planejamento aponte os indicadores o PPP da escola e que este planejamento seja vivenciado por todos os participantes do ensino e aprendizagem, sendo o planejamento a subseção a seguir.

O Planejamento

O ato de planejar pode ser comparado a uma situação de viagem que em sua organização são necessários alguns questionamentos: qual o destino? como chegar? qual o meio de transporte que será usado? o que levar na bagagem? qual a temperatura do local? qual a vestimenta mais adequada? quais os costumes do local? que língua é falada naquele lugar? qual o objetivo da viagem? quanto será gasto? e tantos outros questionamentos.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Neste mesmo patamar de reflexão encontra-se o planejamento pedagógico. É necessário saber sobre os alunos quais conteúdos serão ministrados, quais os procedimentos que serão utilizados, qual o objetivo de aprendizagem, quais materiais pedagógicos e tecnológicos poderão ser usados, dentre outros.

Segundo Libâneo (1994) o planejamento é uma forma de organizar as ações docentes, mas é também um período de pesquisa e reflexão, intimamente ligado à avaliação. Tais ações necessitam estar ligadas ao Projeto Político Pedagógico da escola. O docente planeja a aula e, concomitante a isto, realiza a avaliação, uma vez que a aula necessita caminhar no mesmo nível de complexidade da avaliação. Em relação ao planejar, “o professor sempre deve ter em mente que os conteúdos são meios para atingir os objetivos, pois eles não são fins. Portanto, a orientação da ação de planejamento e execução deve estar fundamentada nos objetivos e não nos conteúdos” (MENGOLLA; SANT’ANNA, 2008, p.65).

Libâneo (1994) aponta para três tipos de planejamento: o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aula. O plano da escola refere-se ao Projeto Político Pedagógico que orienta o fazer da escola em todos os seus processos, em especial, a prática da sala de aula, o plano de ensino seria um plano por unidade no qual se concentra ações da coordenação, da gestão e dos professores, ou seja, dos planos de ensino especificamente e o plano de aula que é a organização do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter específico (história, geografia, matemática). Este plano deve buscar sua base nas orientações contidas no Projeto Político Pedagógico da Escola.

Na opinião de Vasconcellos (2002, p.36) planejar significa querer mudar algo, acreditar na mudança, ver a necessidade da mediação teórico-metodológica. “É claro que se tudo vai bem, se nada há para modificar na escola, para quê introduzir esse tal de plano?”. Na visão deste autor, o que dá a vida à escola é o planejamento e acreditar somente no papel do planejamento seria uma ilusão, e ele acrescenta: “São as pessoas, os sujeitos que historicamente assumem a construção de uma prática transformadora”,



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

planejar é o ponto de partida para a mudança no processo de ensino (VASCONCELLOS, 2002, p.37).

Thomazi e Asinelli (2009) apresentam uma pesquisa realizada em Minas Gerais na qual discutem a questão do planejamento e analisam três grupos de professores: um grupo que planeja de forma individual (totalmente sozinhas); outros independentes (recebe orientação, mas se negam a seguir) e outro grupo que planeja de forma coletiva (conta com a orientação e supervisão da escola). A conclusão a que se chegou com a pesquisa é que “o grupo que planeja coletivamente parece ter maior facilidade para interiorizar o que foi elaborado e construído coletivamente” (THOMAZI; ASINELLI, 2009, p.193).

Desta forma, o planejar torna-se prazeroso e profícuo no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados da pesquisa sinalizam também que a construção coletiva do planejamento pode fortalecer a prática do professor, trazendo mais segurança no desenvolvimento dos conteúdos, conteúdos que serão discutidos também na temática do Livro Didático.

O Livro Didático nas escolas de Palmas - To

O livro didático (LD) inicia seu percurso no Brasil por meio do Decreto-Lei nº 1006, de 1938 (ROMANATTO, 2017). Inicialmente atendia ao ensino fundamental e a partir de 2005 passa a atender ao ensino médio. O LD é distribuído em todas as regiões brasileiras, atendendo a maioria das disciplinas do ensino fundamental. Segundo Munakata (2016), “o livro didático não traz apenas indícios da cultura material presente nas escolas. Como objeto, coisa, ele é também uma prótese do esquema corporal” (MUNAKATA, 2016, p.135). Gérard e Roegiers (1998, p.19) definem o livro didático como “um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia”. Em geral, um livro didático apresenta os conteúdos pertinentes a um determinado ano/série, normalmente, contemplados dentro do referencial curricular, a exemplo LD do ensino de história do 9º ano do ensino fundamental.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Atualmente, as editoras produzem livros didáticos para todo o Brasil, porém, diante de peculiaridades regionais, certas regiões não são contempladas. Para minimizar tal situação, a proposta de integração deverá ser apreciada no PPP com o devido respaldo na LDBEN. Neste sentido, o professor integrado com a coordenação pedagógica pode buscar materiais teóricos para venham suprir as falhas do LD, no que diz respeito às questões históricas regionais.

A escola deve enxergar o LD como oportunidade de discussão e de entrelaçar ações complementares dentro do PPP. Conhecer o livro didático é algo importante e inerente ao professor e ao coordenador pedagógico, que juntos poderão orientar os conteúdos não contemplados no LD e que serão trabalhados com os alunos, atendendo ao referencial curricular, ao mesmo tempo em que, considera a formação do educando. Ainda que, bastantes qualificados (lembrando que todos passam pelo processo de homogeneização imposto pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD), estes livros são poderosos artefatos culturais (FONSECA, 2008).

A LDB garante a oferta do livro didático nas escolas públicas que ofertam o ensino fundamental, nesse contexto, Verceze e Silvino (2008, p.85) afirmam que “o livro didático constitui material necessário para o processo ensino-aprendizagem e [...] deve servir para a construção da ética necessária ao convívio social democrático”. Há escolas em que o LD é o único instrumento pedagógico disponível para o ensino, seja qual for a situação educacional vivenciada.

As escolas que fazem parte desta pesquisa de campo materializada a seguir, utilizam o LD para o ensino de História. O livro didático em seu conteúdo é dividido por capítulos, trazendo os fatos históricos de maneira a informar aos estudantes as discussões mínimas sobre cada período. Apresentam imagens, descrições, apontam documentos históricos e atividades. Sugerem outras pesquisas, apresentam filmes e vídeos que podem ampliar o conhecimento do estudante.

Nas escolas pesquisadas, o livro didático é o apoio presente, atuante e constante, ou seja, sem ele ficaria muito complicado para o professor da rede estadual de ensino ministrar aulas de história. Em relação ao ensino de história e o livro didático, os estudantes



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

afirmam: “o professor usa bastante o livro didático” (CASTRO, 2016); “o professor traz textos e na maioria das vezes utilizamos o livro didático” (FERNANDES, 2017); “o professor utiliza o livro didático para as aulas, explica o conteúdo no quadro, fazendo esquemas, anotamos e realizamos atividades do livro didático” (ROSÁRIO, 2016).

Ainda com foco no uso do livro didático da disciplina de história C. Oliveira (2017) destaca que: “ele explica o conteúdo, coloca no quadro a página pra gente responder as atividades do livro didático. Ele usa o livro mesmo, e de vez em quando, usa o datashow”. Nogueiro (2017) acrescenta que “ele brinca com a gente, e explica bem os conteúdos e desenvolve atividades do livro didático”. Já Matos (2017) diz que: “coloca a data no quadro, cumprimenta os alunos. Pergunta como foi a nossa semana, inicia a explicação dos conteúdos e desenvolve as atividades do livro didático”.

No período da coleta de dados em uma das escolas uma professora aposentou³ e os alunos dessa professora sentiram muito a sua falta, veja a fala da estudante: “Bem a nossa professora de história aposentou, e agora iremos ter aulas com outro professor. A professora explicava muito bem os conteúdos, dava exemplos para uma melhor compreensão e realizávamos atividades a respeito do conteúdo” (DUARTES, 2017). Já outro participante da pesquisa disse que: “A nossa professora aposentou, mas ela desenvolvia muito bem a aula, explicava o conteúdo do livro, passava pesquisas. Ela sempre envolveu os alunos para os questionamentos, ela sempre foi uma ótima professora” (MARQUES, 2017). Houve ainda mais um aluno que ressaltou a importância do livro didático: “A professora é bem rigorosa, centrada nas aulas de história, não aceita que os alunos falem coisas fora do tema da aula, explica muito bem, usa o livro didático” (VALE, 2017).

Segundo a pesquisadora Fonseca (2003), se o livro didático é um elemento tão enérgico e decisivo no ensino básico, quais as probabilidades de reinvenção das relações: professor X aluno X livro didático X conhecimento historiográfico?. Segundo a autora, o livro didático deve ser utilizado na sala de aula, no entanto, “o uso de um único livro, única

³ Quando entrevistei a professora ela havia dado entrada na aposentadoria e aguardava resposta, quando entrevistei os alunos, a escola havia sido informada da aposentadoria da professora e os alunos iriam ter aulas com o novo professor.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

fonte, acaba por simplificar a forma do currículo e do conhecimento em sala de aula” (FONSECA, 2003, p.55).

Objetivando listar os livros utilizados nas escolas pesquisadas destaca-se que três escolas utilizavam o Projeto Teláris: História séculos XX e XXI - 9º ano, da editora Ática - PNLD: 2014, 2015, 2016. Autores: Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi. O Teláris é composto de nove capítulos: A república Oligárquica; A Grande Guerra e a Revolução Russa; A segunda Guerra Mundial; Brasil: modernização e conflito; A guerra fria e a expansão do Socialismo; O Brasil sob a ditadura militar; O fim da Guerra fria e os conflitos no oriente; A África e Ásia: a conquista da Independência; O Brasil sob a Ditadura Militar; O fim da guerra fria e os conflitos no Oriente Médio; O mundo globalizado e o Brasil do Século XXI.

As outras três escolas utilizavam: Projeto Radix Raiz do conhecimento, História - 9º ano, editora Scipione, PNLD: 2014, 2015, 2016. Autor: Cláudio Vicentino. O Projeto Radix é composto de quinze capítulos: Introdução ao estudo do século XX e início do século XXI; Brasil: a construção da República; Primeiros anos da República e a participação popular; A Primeira Guerra Mundial; A revolução Russa e a URSS; A Crise e Totalitarismo; Brasil: a crise da República Oligárquica; Vargas equilibra-se no poder; A Segunda Guerra Mundial e a Queda de Vargas; A Guerra Fria: o mundo dividido; Brasil: da Democracia à Ditadura; América Latina: em busca da soberania; A Descolonização da Ásia e da África; O fim do bloco Soviético e da Guerra Fria; Uma nova ordem internacional; Brasil: tempos de redemocratização e globalização. Além destes conteúdos previstos no LD, o professor precisa planejar as discussões a respeito da história do Tocantins, prevista no Referencial Curricular.

Indiscutivelmente, na rede estadual de ensino em Palmas (TO), tendo como base as seis escolas pesquisadas, pode-se dizer que o ensino de história ocorre com o livro didático sendo um dos principais protagonistas pedagógicos do ensino de história.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Refletindo sobre o fazer pedagógico

As unidades de ensino e os instrumentos orientadores da prática pedagógica destacados neste estudo mostraram o papel de cada um deles na prática pedagógica do ensino de História e a visão das respectivas escolas, a partir do instrumento que deve ser a “espinha dorsal” do planejamento, o Projeto Político Pedagógico.

No entanto, retomam-se as colocações de Vasconcellos (2006) que o PPP deve expressar e organizar o vivido, pensar e planejar novos sonhos. De maneira geral, não é o que ocorre no fazer das escolas, ou seja, o projeto pensado, estabelecido, pouco tem com a vivência da comunidade escolar, sendo mais evidente o descompasso na disciplina de História. Os professores cumprem seu papel de educador, educam satisfatoriamente e o fazem mediante inúmeras dificuldades, no entanto, o PPP não visualiza a disciplina ou a disciplina não interpretou a importância do documento na prática efetiva do processo de ensino e aprendizagem. Um exemplo é as seis escolas estudadas que apresentam um total de 267 ações planejadas no Projeto Político Pedagógico, sendo que destas, somente dez (10) ações possuem foco na disciplina de História para alunos do 9º ano do ensino fundamental, o que representa 3,74% de todas as ações executadas no ensino de História, nas escolas pesquisadas que se concentram na capital do Tocantins.

Mediante as explicações, sugere-se que as escolas e a gestão educacional da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins estudem, analisem e discutam com os profissionais da educação estadual, a concepção e a real importância da construção e desenvolvimento deste documento para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, em muitos casos, o PPP é visto apenas como uma exigência burocrática. O processo de construção do PPP deve se configurar no cenário da gestão escolar como uma perspectiva de aperfeiçoamento do processo pedagógico, no entanto, executam-se ações pontuais e não ações que envolvam os estudantes no desenvolvimento da missão que as escolas propõem que é formar cidadãos críticos.

É o que ocorre com o planejamento dos professores que tem por base o Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Tocantins, o qual o faz para publicar no



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

sistema que se constitui exigência da Secretaria da Educação, quando deveria ter a intenção de desenvolver, de fato, as habilidades e competências dos alunos, pois se apegam ao livro didático como tábua de salvação, seguindo-o sequencialmente, ainda que este esteja fora de contexto e não atendam às necessidades dos estudantes e não sejam capazes de contribuir para uma aprendizagem significativa (SGE, 2016).

Desta forma, faz-se necessário um repensar sobre a aplicação do Referencial na prática pedagógica, para que ele não seja um “pano de fundo” no planejamento do professor que deve melhorar sua prática investindo em conhecimentos e habilidades para desenvolver uma boa aula, despertando o interesse dos alunos, a partir das experiências que trazem da sua vivência cotidiana para dentro da sala de aula. Estes saberes precisam ser ressignificados e transformados em atitudes, melhorando a vida social, não apenas dos alunos, mas da comunidade onde ele vive.

Com base nesta análise, pode-se dizer que, em cada unidade de ensino, há uma necessidade precípua de formação continuada para toda a comunidade escolar, envolvendo os professores, e, em especial, aos professores de História, considerando que o planejamento engloba as ações da escola como um todo, e, por isso mesmo, requer a participação de todos no processo de reflexão e construção dos instrumentos que norteiam a gestão escolar em suas mais diversas dimensões, a fim de alcançar o ensino com a qualidade desejada. Além disso, é importante ressaltar que a pedagogia das competências na formação dos professores possui a tendência da escola em formar estudantes para o mercado de trabalho. Oposto a isto, é papel da escola formar cidadãos críticos e que possam analisar e mudar o mundo (HOLANDA; FRERES; GONÇALVES, 2009; DELORS, 1999).



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Conclusões

Esse estudo se propôs a conhecer os documentos que orientam a prática pedagógica no processo de ensino da disciplina de história em turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, na rede estadual de ensino de Palmas, capital do Tocantins. Conclui-se que o Referencial Curricular do ensino de história precisa ser revisto e ofertar formação continuada e reflexão a partir do ensino por competências e habilidades.

Sobre a construção do Projeto Político Pedagógico das escolas, segundo os professores que compuseram essa pesquisa, os mesmos são construídos de forma coletiva, e que, a grande maioria dos estudantes afirmam não conhecer nem ter participado da construção do documento.

Verificou-se que ações da disciplina de história são invisíveis dentro do PPP, pois as seis escolas realizam, dentre as suas ações, um total de 270 ações, e destas, 10 ações atendem o ensino de história. Sendo que, todas as escolas utilizam o Sistema de Gerenciamento Escolas (SGE), no qual os professores postam o planejamento na plataforma, no entanto, percebe-se pelas falas dos entrevistados que ainda falta ação X reflexão na prática de ensino.

Observou-se ainda que, o livro didático é utilizado nas seis escolas da rede estadual, bem como em todo o estado do Tocantins. Ele pode ser considerado a base do ensino, uma vez que, as escolas não possuem material pedagógico e tecnológico para atender a todos.

Concluiu-se que os instrumentos existem, no entanto, precisam ser repensados e analisados, bem como o seu papel dentro do processo de ensino e aprendizagem na disciplina de história.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2ª ed, Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BENJAMIN,W. Sobre o conceito de História In: BENJAMIN,W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas- vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF,1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**, caderno 1, p.19-20, Brasília, 2004.

BRASIL, SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição Administrativa do Senado Federal. Brasília, 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 24/03/2017.

CAETANO, José Antônio G. **O que dizem os professores sobre a disciplina de história: os cadernos didáticos no programa São Paulo faz escola (2009 – 2015)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Londrina,PR, 2016.

CEDAC, Comunidade Educativa. **Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar / textos** Comunidade Educativa CEDAC. – São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

DELORS, Jaques. (Coord.) Os quatro pilares da educação. In: **Educação um tesouro a descobrir**. UNESCO. MEC, São Paulo, Cortez, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Coord. Marina Bird Ferreira, Margarida dos Anjos – 5ª ed. Curitiba:Positivo, 2010.

FONSECA, Selva G.; COUTO, Regina Célia. **A formação de professores de história no Brasil: perspectivas desafiadoras do nosso tempo**. In: FONSECA, Selva Guimarães (Org.). **Espaços de formação do professor de história**. Campinas: Papyrus, 2008.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola:** princípios e preposições. São Paulo: Cortez, 1997.

GÉRARD, F.-M, ROEGIERS, X. (1993)- **Concevoir et évaluer des manuels scolaires.** Bruxelas. De Boeck-Wesmail-tradução Portuguesa de Júlia Ferreira e de Helena Peralta, Porto: 1998.

HOLANDA, Francisca Helena de Oliveira; FRERES, Helena; GONÇALVES, Laurinete Paiva. A pedagogia das competências e a formação de professores: breves considerações críticas. **Revista Eletrônica Arma da Crítica.** Ano 1, nº 1, Janeiro de 2009. Disponível em: <www.armadacritica.ufc.br> Acesso em 03 set.2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LUCK, Heloisa. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar?:** como planejar? currículo, área, aula. 16ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MEIHY, José Carlos S. B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História.** nº 155, 2ª SP, 2006.

MONTYSUMA, Marcos Fábio F. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS, v.XXXII, n.1, p.117-125, junho 2006.

PALMAS, SEDUC. **Projeto Político Pedagógico:** Centro de Atenção à Criança-CAIC, Palmas, Tocantins, 2016.

PALMAS, SEDUC. **Projeto Político Pedagógico:** Escola Estadual Vale do Sol-EEVS, Palmas, Tocantins, 2016.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

PALMAS, SEDUC. **Projeto Político Pedagógico:** Colégio Estadual Girassol de Tempo Integral Augusto dos Anjos-CEGTIAA, Palmas, Tocantins, 2016.

PALMAS, SEDUC. **Projeto Político Pedagógico:** Instituto Presbiteriano Educacional e Social-IPES, Palmas, Tocantins, 2016.

PALMAS, SEDUC. **Projeto Político Pedagógico:** Colégio Estadual Dom Alano Merie Du Noday-CEDAMDN, Palmas, Tocantins, 2016.

PALMAS, SEDUC. **Projeto Político Pedagógico:** Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Vila União-EEGTIVU, Palmas, Tocantins, 2016.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Universidade FEEVALE. 2ª edição. Novo Hamburgo, RS, 2013.

ROMANATTO, Mauro Carlos. **O Livro Didático:** alcances e limites. Disponível em <http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc> Acesso em 30 mar.2017.

THOMAZI, Áurea Regina G.; ASINELLI, Thania Mara T. **Prática docente:** considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas. Educar Curitiba, n. 35, p. 181-195, Editora UFPR, 2009.

THOMPSON, Paul. Histórias de Vida como Patrimônio da Humanidade. In: WOREMAN, Karen. e PEREIRA, Jesus Vasquez. **História Falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

TOCANTINS, Palmas. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins:** Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. 2ª ed., Palmas, 2009.



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806 - ON LINE

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Projeto de ensino e aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico- elementos pedagógicos para elaboração e realização. 10^a ed. São Paulo: Libertad, 2002.

_____. Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico:** do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7^a edição. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VASCONCELLOS, José Antônio. **Metodologia do Ensino de História.** Curitiba: Ibpx, 2007.

VEIGA, Ilma Passos. (Org) **Projeto Político Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (Orgs) **As dimensões do projeto político pedagógico.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 14a edição Papyrus, 2002.

VERCEZE, Rosa M^a. Aparecida N.; SILVINO, Eliziane França M. **O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim.** Práxis Educacional, Vitória da Conquista v. 4, n. 4 p. 83-102, jan./jun. 2008.

Recebido em 20/2/2018.

Aceito em 20/6/2018.

Sobre os autores e contato:

Maria de Lourdes L. Macedo - Graduada em História, Mestre em Educação - UFT-TO, professora da rede estadual de ensino do Tocantins. E-mail: malutocantins@gmail.com

Jocyléia Santana dos Santos - Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, orientadora, professora e coordenadora do Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Tocantins. jocyleiasantana@gmail.com

Tânia Suely A. Brasileiro - Pós-doutora em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com estágio junto a Cátedra Vygotsky da Faculdade de Psicologia da Universidad de La Havana – Cuba, Doutora em Educação. Professora a graduação e pós-graduação UFOPA. E-mail: brasileirotania@gmail.com